

SUMÁRIO

Capítulo 1			
INTRODUÇÃO AO DIREITO EMPRESARIAL			
I. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO EMPRESARIAL	23	IV. O EMPRESÁRIO.....	56
1. Introdução.....	23	1. Introdução.....	56
2. Egito e Mesopotâmia	24	2. O empresário individual.....	58
3. Grécia e Roma	24	3. Incapacidade e impedimentos para a atividade empresarial.....	59
4. A queda do Império Romano e a Idade Média	26	3.1. Incapacidade	60
5. Evolução histórica – do direito comercial ao direito empresarial	27	3.2. Exercício da empresa pelo incapaz	61
5.1. Primeira fase (subjetiva) – o direito do comerciante.....	27	3.3. Impedimentos	63
5.2. Segunda fase (objetiva) – o direito do ato de comércio.....	30	4. O Microempreendedor Individual (MEI).....	66
5.3. Terceira fase – A teoria da empresa	32	V. REGISTRO EMPRESARIAL	66
5.4. A evolução do direito empresarial no Brasil.....	35	1. Introdução.....	66
II. FONTES DO DIREITO EMPRESARIAL.....	38	2. Características	67
III. PRINCÍPIOS DO DIREITO EMPRESARIAL.....	40	3. Organização administrativa.....	69
1. Introdução.....	40	4. Objeto do registro das sociedades empresárias.....	72
2. Princípio da livre iniciativa	44	4.1. Matrícula.....	73
2.1. A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica	47	4.1.1. Registro dos corretores..	73
3. Princípio da livre concorrência	49	4.2. Arquivamento	74
4. Princípios da propriedade privada e da função social da propriedade.....	51	4.3. Autenticação	84
5. Função social da empresa: da Constituição à Lei anticorrupção.....	53	5. Registros complementares.....	85
6. Função social da empresa: a lei da recuperação de empresas e da falência.....	55	5.1. Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas – CNPJ	85
		5.2. Conselhos Profissionais.....	85
		VI. NOME EMPRESARIAL	86
		1. Introdução.....	86
		2. Firma individual ou social.....	87
		3. Denominação	88
		4. Princípios aplicáveis ao nome empresarial	89
		5. Nome empresarial e tipos de sociedades.....	90

6. Registro do nome e seus efeitos	93	IX. QUADROS SINÓTICOS	121
7. Nomes não registráveis	96	X. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA...	134
8. Cancelamento e extinção do registro do nome empresarial	98	1. Súmulas.....	134
VII. ESTABELECIMENTO E SEU REGIME JURÍDICO	98	2. Jurisprudência	135
1. Introdução.....	98	Capítulo 2	
2. Caracterização e qualificação jurídica ..	98	DIREITO SOCIETÁRIO	
2.1. Estabelecimento rural	101	I. INTRODUÇÃO	145
2.2. Estabelecimento virtual	101	1. A formação da sociedade	145
2.3. Os centros comerciais (<i>shopping centers</i>).....	101	2. A sociedade como espécie de pessoa jurídica	147
3. Elementos do estabelecimento.....	103	II. CLASSIFICAÇÕES DAS SOCIEDADES...	148
3.1. Sinais distintivos.....	103	1. Quanto à liberdade de constituição e de funcionamento.....	148
3.2. A proteção judicial do ponto, na locação comercial.....	107	2. Quanto à nacionalidade	149
4. Estabelecimento e concorrência	108	3. Quanto à personalidade jurídica	150
5. Pluralidade de estabelecimentos	108	4. Em razão do número de sócios	150
6. O estabelecimento como objeto de direitos e contratos, em geral	110	5. Em razão da natureza jurídica	151
6.1. Alienação do estabelecimento ...	111	6. Em relação à responsabilidade dos sócios	152
6.2. Arrendamento e outros negócios jurídicos.....	112	7. Em relação ao ato de constituição	152
VIII. REGIME JURÍDICO DA CONTABILIDADE EMPRESARIAL.....	113	8. Em relação ao objeto social	153
1. Introdução.....	113	9. Em razão do modo de exercer suas atividades	153
2. A obrigatoriedade dos registros contábeis.....	114	10. Em razão da titularidade do capital social	157
3. Livros obrigatórios.....	115	III. SOCIEDADES PERSONIFICADAS	158
4. Formalidades dos livros e dos registros contábeis	116	1. Sociedade simples.....	158
5. Sanções pela falta ou incorreção da escrituração.....	117	1.1. Contrato social	158
6. O sigilo dos registros contábeis e suas exceções	117	1.2. Direitos e obrigações dos sócios...	163
7. A exibição integral dos livros e documentos contábeis.....	119	1.3. Administração	164
7.1. Fora do processo judicial.....	119	2. Sociedade em nome coletivo	166
7.2. Judicialmente	119	3. Sociedade em comandita simples.....	168
8. Exibição parcial.....	120	4. Sociedade limitada.....	170
9. Regras de prova, no processo judicial ..	120	4.1. Introdução.....	170
		4.2. Legislação aplicável	171
		4.3. Sociedade de pessoas ou sociedade de capitais	172

4.4. Contrato social	173	2. Sociedade em conta de participação (SCP).....	243
4.5. O capital social	173	V. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	248
4.6. Prestações acessórias.....	174	1. Transformação.....	249
4.7. As quotas.....	176	2. Incorporação	251
4.8. Administração	179	3. Fusão.....	251
4.9. Distribuição dos resultados.....	182	4. Cisão.....	252
4.10. Conselho Fiscal.....	182	VI. GRUPOS DE SOCIEDADES: COLIGAÇÃO E CONTROLE.....	254
4.11. Assembleia-Geral e Reunião de sócios	184	VII. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DAS SOCIEDADES	259
4.12. Direito de retirada.....	186	1. Distinções prévias	259
4.13. Exclusão de sócio	187	2. Dissolução	259
5. Sociedade limitada unipessoal.....	191	2.1. A dissolução irregular.....	263
5.1. Ato constitutivo.....	191	2.2. Dissolução parcial.....	263
5.2. Composição do nome empresarial	192	3. Liquidação	266
5.3. Responsabilidade do sócio único... ..	192	4. Extinção.....	269
6. Sociedades por ações.....	193	VIII. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DAS SOCIEDADES POR AÇÕES	269
6.1. Comandita por ações	193	1. Dissolução	269
6.2. Sociedade anônima.....	194	1.1. Dissolução parcial.....	270
6.2.1. Introdução	194	2. Liquidação	272
6.2.2. Aspectos gerais da sociedade anônima.....	195	3. Extinção.....	274
6.2.3. Companhias abertas e fechadas.....	196	IX. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	274
6.2.4. O Mercado de Capitais e a Comissão de Valores Mobiliários.....	197	X. QUADROS SINÓTICOS	283
6.2.5. A constituição da sociedade anônima.....	199	XI. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA ...	305
6.2.6. Capital social.....	202		
6.2.7. Títulos emitidos pela companhia	204		
6.2.8. O acionista	216		
6.2.9. Órgãos sociais	223		
6.2.10. Livros sociais	239		
6.2.11. Reservas e dividendos ...	239		
IV. SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS	242		
1. Sociedade em comum.....	242		
		Capítulo 3	
		TÍTULOS DE CRÉDITO	
		I. INTRODUÇÃO	317
		1. Conceito	319
		2. Princípios do Direito Cambiário	319
		2.1. Princípio da cartularidade (ou da incorporação)	319
		2.2. Princípio da literalidade	320
		2.3. Princípio da autonomia	321

3. Classificações dos títulos de crédito.....	322	V. DUPLICATA.....	353
3.1. Quanto à forma de circulação	322	1. Origem	353
3.2. Quanto ao modelo	322	2. Estrutura	354
3.3. Quanto à estrutura.....	323	3. A duplicata escritural	355
3.4. Quanto à hipótese de emissão...	323	4. Jurisprudência sobre a emissão de duplicata.....	359
4. Títulos de crédito e o Código Civil	323	5. Remessa e devolução	361
5. Títulos de crédito virtuais, eletrônicos ou escriturais – desmaterialização e princípios cambiais.....	325	5.1. Aceite	361
II. LETRA DE CÂMBIO.....	326	5.2. A recusa da devolução da duplicata.....	362
1. Origens.....	326	6. Triplicata.....	362
2. Legislação aplicável	327	7. Vencimento e Pagamento	362
3. Saque	328	8. Aval.....	364
4. Aceite	330	9. Protesto.....	364
5. Endosso	331	9.1. Protesto por indicação	364
5.1. Modalidades	332	9.2. Intimação do protesto.....	365
6. Aval.....	334	9.3. Sustação, cancelamento, averbação e suspensão do protesto.....	365
7. Pagamento	335	9.4. Juros e correção monetária.....	366
8. Protesto.....	336	10. Prescrição.....	366
9. Ação cambial.....	340	VI. TÍTULOS DE CRÉDITO IMPRÓPRIOS ...	367
III. NOTA PROMISSÓRIA	340	VII. TÍTULOS DE CRÉDITO REPRESENTATIVOS	368
1. Requisitos formais.....	342	1. Conhecimento de depósito e <i>warrant</i>	368
2. Vencimento. Protesto. Prescrição	343	1.1. Qualificação.....	369
3. Execução	343	1.2. Requisitos.....	369
4. Nota promissória vinculada a contrato ...	344	1.3. Circulação. Endosso.....	370
5. Emissão por mandatário	344	1.4. Liberação da mercadoria.....	372
6. Notas comerciais – <i>commercial papers</i> ...	344	2. Certificado de depósito agropecuário e <i>warrant</i> agropecuário	372
IV. CHEQUE	346	2.1. Qualificação.....	373
1. Conceito	346	2.2. Requisitos.....	374
2. Modalidades	347	2.3. Registro	375
3. Aval.....	348	2.4. Endosso	375
4. Apresentação, pagamento e prescrição.....	348	2.5. Aval.....	376
4.1. Recusa de pagamento	349	2.6. Protesto.....	376
4.2. Ação cambiária.....	350	2.7. Retirada do produto ou transferência de propriedade.....	376
4.3. Ação monitória.....	350		
5. O cheque pós-datado.....	351		
6. Sustação	352		

2.8. Aspectos penais da emissão irregular dos títulos.....	376	6.2. Requisitos.....	397
VIII. TÍTULOS DE FINANCIAMENTO	377	6.3. Características	398
1. Introdução.....	377	7. Securitização e Certificados de Recebíveis	398
2. As cédulas de crédito	377	7.1. Introdução.....	398
3. Cédula de crédito bancário	378	7.2. Requisitos.....	399
3.1. Origem e função.....	378	7.3. Disposições comuns ao CDCA, à LCA e ao CRA	400
3.2. Características	378	IX. QUADROS SINÓTICOS	401
3.3. Requisitos.....	380	X. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA...	417
3.4. Emissão	381	1. Súmulas.....	417
3.5. Circulação.....	381	2. Jurisprudência	418
3.6. Encargos	382		
3.6.1. Mora	384		
3.6.2. Juros.....	384	Capítulo 4 PROPRIEDADE INDUSTRIAL	
3.6.3. Comissão de permanência.....	385	I. INTRODUÇÃO	433
3.6.4. Penalidade pela cobrança de encargos excessivos	386	1. Fundamento constitucional	435
3.7. Garantias	386	2. A Lei 9.279/96 e o INPI.....	435
3.8. Protesto.....	387	II. PRIVILÉGIOS DE INVENÇÃO E PATENTES.....	436
3.9. Execução de cédulas de crédito bancário	387	1. Tipos de invenção industrial: invenção e modelo de utilidade	436
4. Cédula de Produto Rural – CPR	388	2. Privilégios de invenção e patentes	436
4.1. Origem e função.....	388	3. Requisitos da invenção patenteável.....	437
4.2. Requisitos.....	389	4. As proibições legais de patente de invenção	438
4.3. Garantias e eficácia contra terceiros	392	4.1. Não se considera invenção ou modelo de utilidade	439
4.4. Evicção, caso fortuito e de força maior	393	4.1.1. Descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos	439
4.5. Endosso, aval e protesto	393	4.1.2. Concepções puramente abstratas	439
4.6. Modalidades	393	4.1.3. Métodos comerciais, educativos, publicitários e outros.....	440
4.7. A CPR verde.....	393	4.1.4. Obras literárias, arquitetônicas, artísticas e outras.....	440
5. Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA	394	4.1.5. Programas de computador	440
5.1. Origem e função.....	394		
5.2. Requisitos.....	395		
5.3. Características	396		
6. Letra de Crédito do Agronegócio – LCA... ..	397		
6.1. Origem e função.....	397		

4.1.6. Apresentação de informações.....	440	7.4. Relações entre os trabalhadores autônomos, os estagiários e as empresas.....	453
4.1.7. Regras de jogo.....	440	7.5. Relações entre a Administração Pública e os seus servidores.....	454
4.1.8. Técnicas cirúrgicas, métodos terapêuticos ou de diagnóstico.....	441	8. Extinção da patente de invenção.....	454
4.1.9. Seres vivos e materiais biológicos.....	441	III. SINAIS DISTINTIVOS: TIPOS E REGIME JURÍDICO.....	455
4.2. Invenções e modelos não patenteáveis.....	442	IV. DESENHOS INDUSTRIAIS.....	456
4.2.1. Contrários à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde pública.....	442	1. Titularidade.....	456
4.2.2. Referentes ao uso da energia atômica.....	442	2. Registro.....	457
4.2.3. Seres vivos e micro-organismos.....	442	3. Vigência do registro.....	458
5. Da titularidade e do registro.....	442	4. Extinção do registro.....	458
5.1. Da titularidade.....	442	V. MARCAS.....	459
5.2. Processamento do registro.....	443	1. Conceitos.....	459
5.3. Vigência da patente.....	444	2. Classificações.....	460
5.4. Proteção conferida pela patente...	444	3. Registro da marca.....	463
5.5. Nulidade da patente.....	445	4. Efeitos do registro.....	464
6. Transferência de privilégios de invenção. Licenças. Desapropriação. A invenção de interesse da segurança nacional.....	446	5. Proibições de registro.....	465
6.1. Transferência de privilégio de invenção (cessão convencional) ...	446	6. Nulidade do registro.....	469
6.2. Oferta de licença. Licença de exploração (voluntária).....	447	7. Cessão convencional.....	470
6.3. Licença compulsória.....	448	8. Perda do direito sobre a marca.....	470
6.4. Desapropriação.....	450	VI. INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS.....	471
6.5. Invenção de interesse da segurança nacional.....	451	VII. CONCORRÊNCIA DESLEAL.....	473
6.6. Retribuição anual.....	451	1. Elementos essenciais.....	473
7. Invento e contrato de trabalho.....	451	2. Crimes.....	476
7.1. Pertencem exclusivamente ao empregador.....	452	2.1. Publicar afirmação falsa.....	476
7.2. Pertence exclusivamente ao empregado.....	453	2.2. Divulgar informação falsa.....	477
7.3. Propriedade comum.....	453	2.3. Empregar meio fraudulento para desviar clientela.....	478
		2.4. Usar expressão ou sinal de propaganda alheios.....	479
		2.5. Usar nome comercial, título de estabelecimento ou insígnia alheios.....	480
		2.6. Substituir, pelo seu, o nome ou a razão social de outrem.....	482
		2.7. Falsa atribuição de recompensa...	482
		2.8. Fraude em embalagens alheias..	483
		2.9. Suborno ativo de empregado....	483

2.10. Suborno passivo de empregado ...	484	2.13. <i>Smart Contracts</i> (contratos inteligentes)	527
2.11. Violação de segredo obtido mediante relação contratual ou empregatícia	484	2.14. Novas figuras contratuais	529
2.12. Violação de segredo obtido mediante fraude	485	2.15. Uniformização internacional dos contratos	529
2.13. Falsa atribuição de patente	485	2.16. Vícios ou defeitos na formação do contrato. A lesão	532
2.14. Divulgar ou explorar, sem autorização, resultados de testes	486	3. Classificação dos contratos	535
VIII. QUADROS SINÓTICOS	486	3.1. Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais	535
IX. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA...	496	3.2. Contratos consensuais e reais ...	537
Capítulo 5			
CONTRATOS EMPRESARIAIS			
I. INTRODUÇÃO	506	3.3. Contratos típicos e atípicos	537
II. PARTE GERAL	507	3.4. Contratos solenes e não solenes (formais e informais)	538
1. Evolução do contrato	508	3.5. Contratos onerosos e gratuitos ..	538
1.1. Conceção clássica de contrato ...	508	3.6. Contratos comutativos e aleatórios	539
1.2. Conceções modernas	509	3.7. Contratos principais e acessórios	539
1.3. Função social do contrato	511	3.8. Contratos de execução instantânea, diferida e sucessiva ..	539
1.4. Tipicidade legal e social	512	3.9. Contratos de adesão	540
2. Formação dos contratos. Modalidades de contratação	513	4. Interpretação e prova dos contratos ...	541
2.1. Requisitos do contrato: capacidade e legitimação	513	4.1. Interpretação	541
2.2. Oferta e aceitação	514	4.2. Integração	544
2.3. Relações contratuais de fato	516	4.3. Prova	544
2.4. Contratos entre presentes e entre ausentes	517	III. CONTRATOS EM ESPÉCIE	544
2.5. Oferta ao público	518	1. Compra e venda	545
2.6. Contratos obrigatórios (dever de contratar)	519	1.1. Conceito	545
2.7. Contrato de adesão	520	1.2. Elementos essenciais	545
2.8. Contrato preliminar	521	1.2.1. Coisa	546
2.9. Contratos a favor de terceiro	522	1.2.2. Preço	547
2.10. Contratos com pessoa a declarar ...	522	1.2.3. Consentimento	548
2.11. Comércio eletrônico	523	1.3. Direitos e obrigações das partes ...	549
2.12. Contratos eletrônicos	524	1.3.1. Obrigações do vendedor ..	550
		1.3.2. Obrigações do comprador	552
		1.4. Modalidades específicas	554
		1.4.1. Retrovenda	554

1.4.2. Compra e venda sob amostras	554	5.5. Regime jurídico	577
1.4.3. Compra e venda condicional (a contento e sujeita a prova)	555	5.5.1. Sujeitos do contrato.....	577
1.4.4. Contrato de fornecimento	555	5.5.2. Objeto do contrato	578
1.4.5. Vendas públicas	556	5.5.3. Cláusulas obrigatórias....	578
1.4.6. Vendas sobre documentos.....	557	5.5.4. Cláusulas facultativas e outras disposições	584
1.4.7. Preferência ou preempção.....	557	5.5.5. Inadimplemento e mora..	584
2. Contrato estimatório (Consignação)	558	5.5.6. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor ..	589
2.1. Conceito	558	6. Depósitos. Armazéns Gerais.....	589
2.2. Natureza jurídica	558	6.1. Conceito	589
2.3. Elementos	559	6.2. Qualificação jurídica.....	589
3. Distribuição (Concessão comercial)	559	6.3. Objeto do contrato.....	590
3.1. Conceito de distribuição	559	6.4. Classificação	590
3.2. Contrato de distribuição.....	560	6.4.1. Voluntário e necessário ...	590
3.3. Concessão de venda de veículos automotores terrestres.....	562	6.4.2. Regular e irregular	591
4. Locação comercial	564	6.5. Obrigações das partes.....	591
4.1. Conceito	564	6.6. Extinção do contrato	592
4.2. Requisitos da renovação compulsória da locação.....	565	6.7. Depósito em armazéns-gerais e em armazéns agropecuários	592
4.3. Casos em que não cabe a renovação compulsória	566	7. Depósito bancário	595
4.4. Revisão de aluguel.....	567	7.1. Conceito	595
4.5. Cláusulas nulas.....	567	7.2. Depósito bancário e mútuo.....	595
4.6. Locação em <i>shopping center</i>	567	7.3. Características	595
4.7. Locação e contratos <i>built to suit</i> ...	568	8. Conta corrente e conta corrente bancária.....	596
5. <i>Leasing</i> (arrendamento mercantil).....	570	8.1. Contratos de conta corrente	596
5.1. Origem	570	8.2. Características	596
5.2. Mecanismo operacional, utilidade e função	572	8.3. Contas bancárias	597
5.3. Natureza jurídica	572	9. Penhor.....	598
5.4. Modalidades específicas	575	9.1. Conceito	598
5.4.1. <i>Leasing</i> financeiro, <i>lease-back</i> e <i>leasing</i> residencial.....	576	9.2. Direitos e obrigações das partes...	599
5.4.2. <i>Leasing</i> operacional	577	9.3. Modalidades específicas	600
		9.4. Extinção do contrato	602
		10. Alienação fiduciária em garantia.....	603
		10.1. Conceito	603
		10.2. Origem da alienação fiduciária em garantia	604
		10.3. Características	604

4. Órgãos da Recuperação Judicial e da Falência	732	8.4. O financiamento do devedor e do grupo devedor durante a recuperação judicial	779
4.1. Administrador judicial	732	9. Recuperação Judicial das microempresas e empresas de pequeno porte (ou Recuperação Judicial Especial).....	780
4.2. Comitê de Credores.....	736	10. Convolação da recuperação judicial em falência.....	781
4.3. Assembleia-geral de credores	737	V. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	783
4.3.1. Voto	738	1. Introdução.....	783
4.3.2. Composição	739	2. Requisitos.....	783
4.3.3. Quórum de deliberação ..	740	3. O plano de recuperação extrajudicial ..	784
5. Conciliações e mediações antecedentes ou incidentais aos processos de recuperação judicial	740	4. Modalidades de recuperação extrajudicial.....	784
IV. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	741	5. Procedimento.....	785
1. Introdução.....	741	6. Efeitos da homologação	786
2. Legitimidade ativa	742	VI. FALÊNCIA	786
2.1. O empresário rural.....	743	1. Introdução.....	786
2.2. Grupos societários	745	2. Fase preliminar ou declaratória da falência	788
2.2.1. Consolidação processual ..	745	2.1. Pressupostos do estado falimentar.....	788
2.2.2. Consolidação substancial	745	2.2. Quem pode pedir a falência do devedor?	789
3. Créditos abrangidos e créditos excluídos	746	2.3. As causas do pedido de falência ...	794
3.1. Créditos abrangidos	746	2.3.1. Impontualidade	794
3.2. Créditos excluídos	748	2.3.2. Atos de falência	796
4. O pedido de recuperação judicial	748	2.4. Onde se pede falência (foro competente).....	798
5. O processamento do pedido de recuperação	752	2.5. O juízo da falência	798
5.1. Recorribilidade da decisão que defere o processamento da recuperação judicial	759	3. A sentença judicial da falência	798
6. O plano de recuperação judicial.....	760	3.1. Recursos contra a sentença.....	800
7. Meios de recuperação.....	762	3.2. Sentença denegatória da falência.....	800
8. Procedimento de recuperação judicial ...	766	4. Efeitos da sentença que decreta a falência.....	801
8.1. A exigência de certidão de regularidade fiscal.....	769	4.1. Efeitos em relação aos credores do falido	801
8.2. A concessão da recuperação judicial.....	773	4.2. Efeitos em relação à pessoa e aos bens do falido e seus administradores	803
8.2.1. Efeitos da concessão.....	774		
8.3. Encerramento do processo de recuperação judicial	778		

4.3. Efeitos em relação às obrigações do falido	806	5.1.3. Embargos de terceiro.....	816
4.3.1. Compra e venda.....	807	5.2. Verificação e habilitação dos créditos	816
4.3.2. Contrato de locação.....	809	5.3. Realização do ativo.....	816
4.3.3. Obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.....	809	5.4. Pagamento dos credores – a classificação dos créditos	819
4.3.4. Patrimônios de afetação..	810	5.5. O crédito tributário	821
4.3.5. Mandato	810	6. Fase pós-falimentar: a extinção das obrigações do falido	821
4.3.6. Contas correntes.....	810	VII. INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL	823
5. Arrecadação, realização do ativo e pagamento do passivo	811	VIII. QUADROS SINÓTICOS	827
5.1. Arrecadação	811	IX. JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA...	841
5.1.1. Ação revocatória.....	812	1. Súmulas.....	841
5.1.2. Ação de restituição	813	2. Jurisprudência	841
		BIBLIOGRAFIA.....	861